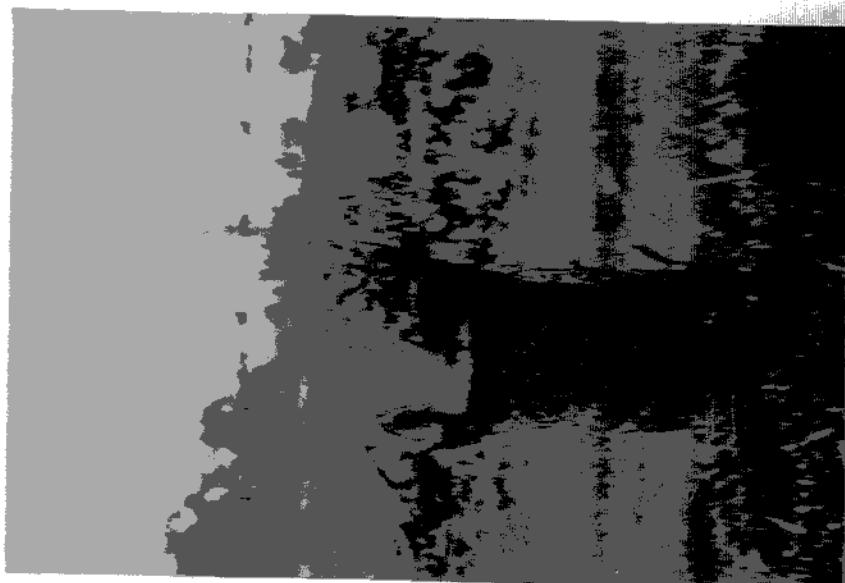
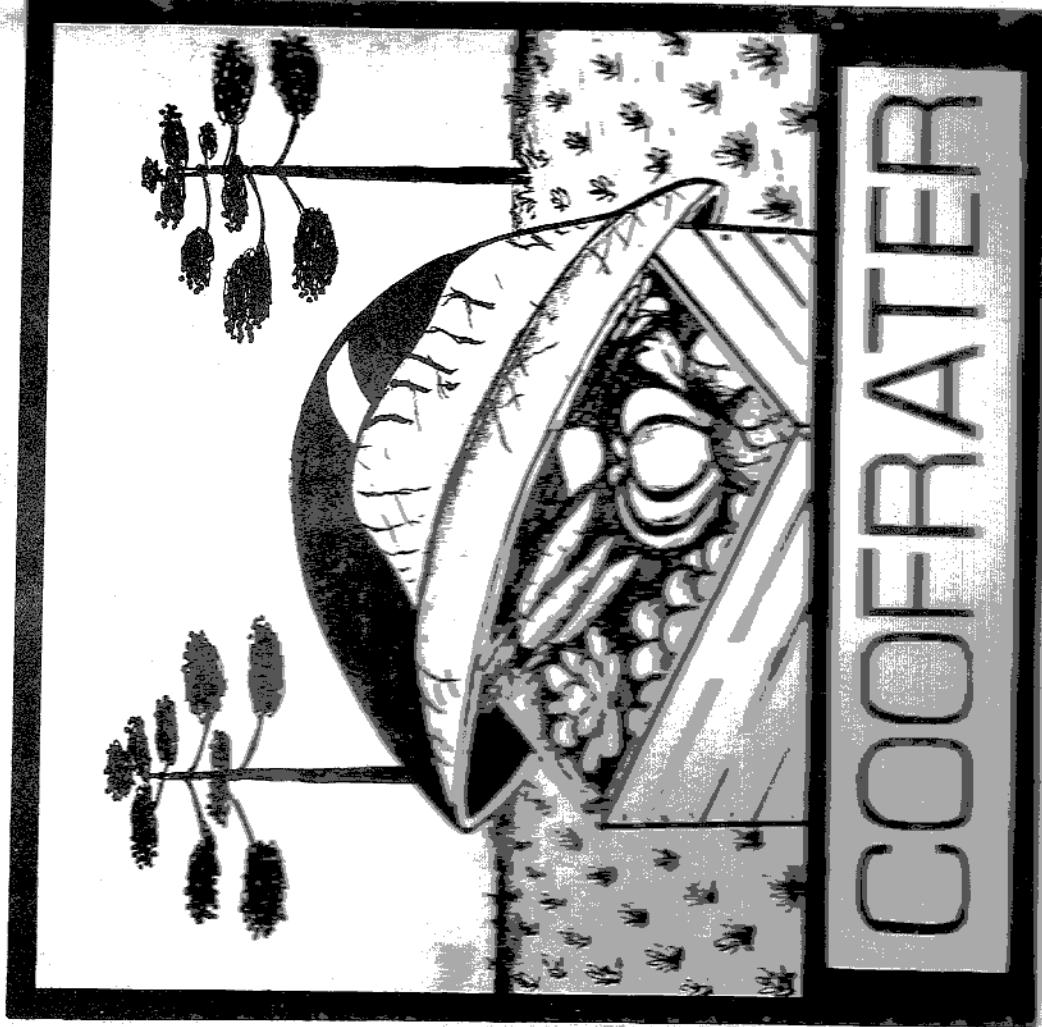


COOPERATIVA MISTA FRATERNIDADE POPULAR DE PRODUTORES  
E CONSUMIDORES LTDA - COOFRATER.



Rua da Consolação, 1000 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Cx. P. 1001 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. 252-1111 - 252-1112 - 252-1113

### a p r e s e n t a ç à o

Estas páginas querem trazer alguns elementos históricos da Cooperativa Mista Fraternidade Popular de Produtores e Consumidores Ltda - COOFRATER. Falaremos do surgimento e sobre os primeiros anos de exercício. Refletiremos sobre seus resultados, seus limites nos aspectos econômicos, sociais e educativos. Este livrêto tem o objetivo de ser um instrumento educativo.

**■ para os já associados a fim de que não percamos elementos importantes e bonitos da nossa caminhada.**  
**■ para os novos sócios, que, para entenderem bem o espírito da COOFRATER, necessitam de conhecê-la desde seu nascimento.**

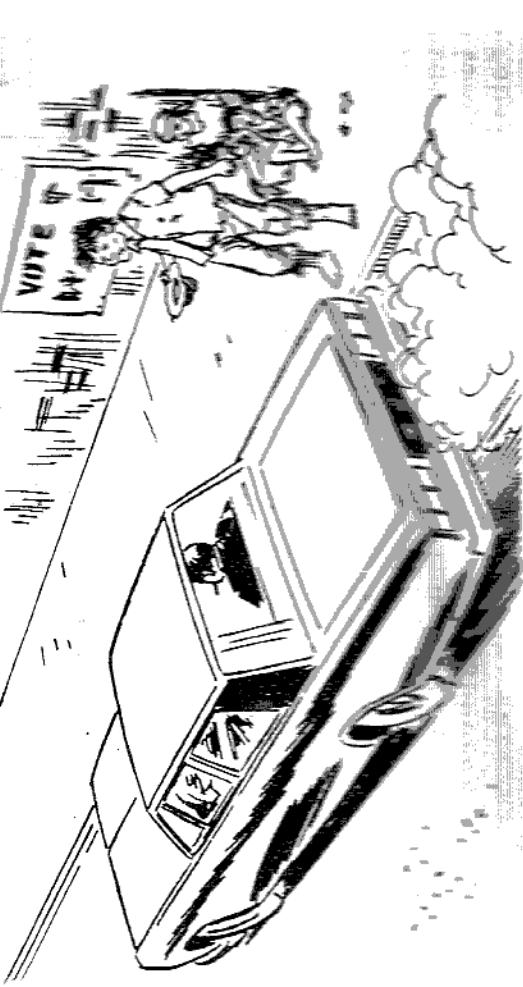
Quer ser também um meio de divulgação e incentivo a um trabalho de cooperação popular alternativo. O cooperativismo tem que ser sempre recriado, no sentido amplo da palavra. A COOFRATER certamente abre pistas, inspirações para muitos trabalhos comunitários na linha da comercialização direta pelo trabalho prático que desenvolve, bem como pela sua estrutura de organização em núcleos de associados que se constituem em "centros" de cultura popular.

Novo Hamburgo, outubro de 1988.

### As comunidades e suas organizações.

Em vários bairros das periferias de Novo Hamburgo e São Leopoldo, um trabalho de base, principalmente a partir de agentes de pastoral popular, fez surgir várias organizações na linha das Comunidades Eclesiais de Base. Isto desde os anos de 1978 e 79. Estas comunidades tiveram um engajamento e compromisso cada vez maior com a mudança social. Também em 1980 começou a Pastoral Rural em nossa Diocese e várias comunidades de colonos foram caminhando nesta direção de uma união cada vez maior para assim vencer as dificuldades mais facilmente.

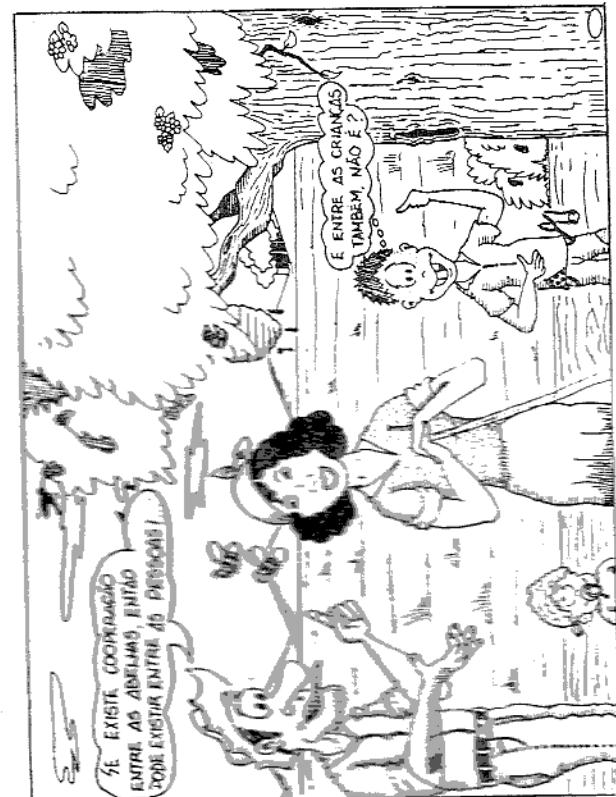
A exemplo do povo na Bíblia, os membros dessas comunidades refletiam e buscavam as causas, as raízes dos males: o salário baixo, a miséria, a fome, a falta de moradia digna, doengas, prostituição, inimizades, violência, fofocas, desânimo, desamparo e a falta de uma boa política para o pequeno agricultor que faz surgir o êxodo rural forçado... Enfim, toda realidade que resulta em "menos ricos cada vez mais ricos à custa de um número cada vez maior de cada vez mais pobres" (cf. o Papa Paulo VI João II).



Em alguns grupos o pessoal chegou a pensar: "nem que fazer alguma coisa. Se a gente não faz nada para mudar, a gente não tem o direito de criticar. Vamos buscar o produto direto dos colonos. Assim o colono pode receber um pouco mais pelo que produz, e o operário vai pagar um pouco menos, pois quem tira sempre a maior fatia é o intermediário..."

Outros já descobriram que não era bem assim. É que os grandes supermercados e atacadistas compram em grande quantidade e conseguem vender mais barato e ao mesmo tempo altos lucros. E a gente que é pobre como pode concorrer com eles? Mas também ficava claro que não é solução ficar grande para concorrer com eles.

Mas de qualquer jeito era importante fazer alguma coisa concreta como treino para sair do mundo da ganância e da exploração sobre os mais fracos.



Nesta caminhada de conscientização, surgiram várias formas de organização e, pelo menos, três destas ligadas ao setor de consumo, numa linha de comercialização direta entre pequenos produtores rurais e os trabalhadores das vilas na cidade.

#### 1) - Associação dos consumidores do Bairro Rincão.

No Bairro Rincão em Novo Hamburgo, um grupo organizou uma Associação de Consumidores que funcionava quase como uma cooperativa, mas que não fundaram por causa da burocracia e exigências da lei. A Associação tinha como objetivo:

- compra e distribuição de produtos de consumo;
- educação cooperativa;
- valorização da atividade profissional;
- prestação de serviços de primeira necessidade;
- criar uma cooperativa de trabalho ( a longo prazo).

#### 2) - Frente de Cooperação Popular

No Bairro Primavera, também em Novo Hamburgo, outro grupo se organizou para compras comunitárias: famílias uniram-se, fazem sua encomenda e alguém faz as compras de todos. Cada um contribui com uma taxa de serviços para as despesas de transporte. As demais tarifas são gratuitamente assumidas com a colaboração dos membros.

Várias outras tentativas de organizações de grupos de cooperação ou de compras comunitárias aconteceram, mas que em geral não se concretizavam por problemas de infra-estrutura ( meio de transporte, distâncias e mesmo de pessoas disponíveis para assumir os trabalhos com um tempo mínimo de liberação).

#### 3) - Organização de Colonos de Padre Eterno.

Em fevereiro de 1984 começou uma pequena organização num núcleo da Pastoral Rural - Padre Eterno, interior de Dois Irmãos - para trazerem seus produtos para as comunidades operárias da cidade de Novo Hamburgo e São Leopoldo. A Cáritas Diocesana emprestava a Kombi e uma vez por semana vinham alguns mantimentos para que os grupos organizados os distribuissem. Este foi o embrião da COOPRATER.

## HISTÓRIA DA COOPERATIVA MISTA FRATERNIDADE POPULAR DE PRODUTORES E CONSUMIDORES LTDA - COOFRATER.

### I. Surgem os problemas práticos.

Na primeira reunião entre membros das comunidades dos produtores e consumidores constatou-se alguns problemas práticos:

- instabilidade dos preços (como fazer os preços?);
- transporte de alguns produtos tributados sem nota. É uma ligação de pobres e em caso de multa, quem assume?
- consciência dos participantes não está suficientemente esclarecida. Muitos ainda não entendem o espírito do trabalho.
- a Kombi tem muita despesa (gastos de gasolina) e transporta um volume muito pequeno de produtos.
- Os participantes sentem necessidade de obter um "rancho" completo assim que seja possível.
- Sem um organismo legal os colonos não poderiam desfatar nota de produtor pois não haveria como fornecer contra-nota.
- Alguns pequenos comerciantes imediatamente vinham com ameaça de avisar a fiscalização do ICM, devido à esta prática sem a legalização.

#### E vem a dúvida: Cooperativa ou não?

Eis que começa uma discussão a partir da necessidade de legalização deste processo já em andamento e que no geral foi visto como de grande validade. Após um prolongado levantamento e busca de informações, chegamos à conclusão de que o único instrumento que possibiliteria este trabalho de comercialização direta, seria a cooperativa. Mas cooperativa? Em nossas viagens as pessoas vindas do interior rural, em sua maioria, tiveram a pior das experiências em termos de cooperativas. Muitos dizem até: "foi por causa da exploração das cooperativas que tivemos que sair da roça..."

Depois de longas discussões chegou-se contudo a um certo consenso com a seguinte análise das causas do desvio de muitas cooperativas dos seus ideais de cooperação. De fato esta situação do cooperativismo acontece basicamente por três motivos:

- o próprio capitalismo força as cooperativas a entrarem no jogo da competição ou elas são quase impossibilitadas de sobreviverem;
- Outro problema é a má administração dos dirigentes;
- E ainda outro: a pouca participação dos associados nas decisões. Não há trabalho educativo que conscientize os sócios para ir além do simples interesse individual da vantagem exclusivamente econômica.

Ficou claro para nós, que o trabalho em cooperação pode servir de instrumento de lucro para algumas, às custas da maioria. Por exemplo, numa fábrica, os operários cooperam entre eles, mas o lucro fica para o dono da mesma. Mas o trabalho em cooperação também pode servir para satisfazer as reais necessidades dos trabalhadores. É o caso da Cooperativa onde as sobras e os benefícios ficam para todos os associados que são donos conjuntamente.

Fomos então estudando se nossa organização seria viável economicamente. Chegamos à conclusão de que somente teríamos chance se ficássemos isentos do ICM. Mas logo que buscamos orientação, nossa pequena esperança por isso mesmo porque a Cooperativa não estava isenta e nesta época ainda não havia a "Micro Empresa". Por um certo tempo a idéia de cooperativa foi abandonada enquanto o trabalho continuava. Toda semana a Kombi trazia mantimentos dos colonos para o Rincão, Santo Antônio e Iguacu de Novo Hamburgo; e a Villa Paim em São Leopoldo.

#### PARA CONVERSAR:

- E nós o que dizemos de tudo isso?
- Por que cada vez há mais pobres e uns poucos ficam cada vez mais ricos?
- Como a cooperação pode ajudar a mudar esta situação?

Um dos assuntos desse encontro foi: Quais as saídas para a situação difícil do pequeno agricultor; O colono está num desânimo total, o que fazer? Neste encontro, voltou-se novamente a tocar na questão cooperativa, já descartada anteriormente por causa da tributação. Contudo, um dos participantes, conhecedor da lei cooperativista argumentou, na oportunidade, que a isenção tributária das cooperativas estaria assegurada em lei federal. E leu-nos o Artigo 79 da Lei 5.764 de 16.12.71, onde fala do ATO COOPERATIVO:

"Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas enquanto associadas, para a consecução dos objetivos sociais".

E termina dizendo o mesmo Artigo no parágrafo único:

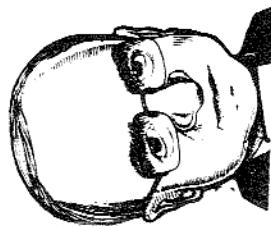
"O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria" (INCRÁ, 1982, art. 79).

Aí está claro que a cooperativa está fora do ICM quando ela trabalha entre os associados. No Ato cooperativo não existe compra e venda; não existe circulação de mercadoria como no comércio. É prestação direta de serviços, e, portanto, não há circulação de mercadorias e consequentemente não poderia incidir o imposto (ICM). É considerado venda somente se for com terceiros, não sócios. Mas acontece que o governo estadual não respeita esta lei federal...

**"UM POR TODOS E TODOS POR UM"!**

A partir deste encontro, um grupo propôs-se a convocar os membros dos grupos envolvidos com esta ligação direta entre produtores e consumidores, para realizar um dia de estudo sobre o cooperativismo. Com a participação de 18 pessoas, estudamos a história e a teoria geral do cooperativismo, sob orientação de Emiliano Limberger. Conforme sua orientação, tudo seria simples e fácil. E neste mesmo Encontro, a proposta de uma cooperativa foi assumida por unanimidade. O então Bispo da Diocese, Dom Sínésio Bohn, satisfeito por estar surgindo algo de bom em favor dos pequenos, declarou o seguinte:

"Esta cooperativa será um sinal da solidariedade entre os colonos que ainda estão na roça e os operários, colonos que já vieram mas ainda têm o coração na roça. Isto é uma grande esperança para todos nós..." (Dom Sínésio).



Dom Sínésio Bohn

Conforme o Bispo, unir na mesma cooperativa os pequenos produtores e os operários das periferias, significa viver uma autêntica solidariedade, a partilha entre irmãos; é a vida em comunidade também na parte econômica.

Neste estudo levantamos diversas sugestões sobre a estrutura interna desta cooperativa, cujo nome sugerido inicialmente foi o seguinte: Cooperativa Mista Fraternidade Popular de Agricultores e Operários Ltda - COOPRATER.

Quanto aos retornos e fundos, o grupo decidiu por uma forma diferente do que acontece nas cooperativas tradicionais. Para o Fundo de Assistência Mista Educacional (F.A.T.E.S) fica destinado 50% das sobras; para o Fundo de Reserva, 25%; e Retorno Individual, também 25%.

No final do Encontro de Estudos, os representantes decidiram por levar a idéia em frente através da comissão escolhida. Esta, teve a responsabilidade de estudar a viabilidade econômica da COOFRATER. Algumas conclusões a que chegou esta comissão foram:

- Assim como está funcionando o trabalho, não há condições de sustentar as despesas contando com o trabalho de uma pessoa e a manutenção da Kombi. A única saída seria conseguir mais associados consumidores e dispor de uma condução maior, talvez um caminhão.
- A comissão elaborou uma sugestão para funcionamento dos núcleos a partir da prática que já estava acontecendo. Depois de algum tempo de experiência, esta sugestão seria aproveitada na elaboração do regimento interno da COOFRATER.

A comissão procurou ainda conhecer outras experiências organizadas nesta linha, neste jeito alternativo. Um exemplo disso foi uma visita ao "Sistema Sacolão" em São Bernardo do Campo no dia 16 de Julho de 1984. As lideranças das comunidades naquelle trabalho nos incentivaram a continuar o trabalho que conseguê unir o objetivo econômico ao da organização e conscientização. Conforme eles, o sacolão não contribuia em nada neste último aspecto. Eles afirmaram milhares de pessoas por dia, mas daí não resultava nenhum ganho na organização. Paralelamente ao sacolão, eles tentavam organizar grupos de compras comunitárias nos bairros. Concluímos que nosso trabalho estava indo no rumo certo e continuamos os encaminhamentos, porque:

#### 4. Reunião preparatória na Vila Duque.

No dia 21 de julho de 1984 aconteceu no salão Paroquial da Vila Duque, São Leopoldo, uma reunião ampla com todos os grupos interessados das comunidades, em participar da cooperativa.

Neste mesmo dia aconteceu, após a reunião a ordenação sacerdotal do Pe. Vitor Hugo Gehrard. Vieram grupos dos Bairros Rincão e Santo Antônio de Novo Hamburgo; Vila Duque e Paim de São Leopoldo; Padre Eterno e Travessão de Dois Irmãos, Arroio Veadinho, Iivoti; três comunidades de Rolante; Linha Bonita e São Roque de Gramado. Após a apresentação do estudo de viabilidade econômica os presentes decidiram pela legalização da Cooperativa dentro de um prazo de meio ano.

Devido a pressão de um assessor, colocou-se a questão, de constituir a cooperativa naquele dia ou não; diante do argumento de que o processo de legalização levaria estes 6 meses. Por votação, venceu a proposta da Fundação naquele mesmo dia. Contudo, o tempo, para a realização da assembleia não foi suficiente.

#### 5. Assembleia de constituição da COOFRATER

Com a presença de 56 associados fundadores, 15 produtores e 41 consumidores, realizou-se no dia 11 de agosto de 1984, em Novo Hamburgo, a Assembléia de fundação da Cooperativa Mista Fraternidade Popular de Agricultores e Operários Ltda - COOFRATER - com sede Novo Hamburgo (a c/ Cáritas Diocesana de Novo Hamburgo).

Salientamos alguns pontos, em relação aos objetivos para lembrar que a COOFRATER queria ~~objetivo~~ um mundo alternativo de cooperativismo. Por isso, elas são diferentes das demais no seguinte:

- Busca de organização alternativa no campo econômico (produção e consumo), como expressão de um compromisso de fraternidade na linha da participação comunitária ativa.

A nossa proposta une a melhoria da situação econômica dos associados com a organização comunitária. O processo de conscientização dos grupos envolvidos deve ser o cerne do trabalho.

- Tentativa de criar uma esperança para o pequeno agricultor da região.
- Ligação entre comunidades de colonos e operários para um mútuo fortalecimento e apoio.
- Partilha dos resultados em função do social (inicia- tivas comunitárias e produção industrial cooperativa- da).
- Fortalecimento da solidariedade entre os pobres (união dos pequenos na defesa de seus interesses).
- Cooperativa como forma legal de organizar a práti- ca; portanto, um meio e não um fim.
- Educação para superar o individualismo e a mentali- dade do lucro.
- Organização dos associados em núcleos, como base pa- ra uma maior participação nas decisões e na presta- ção de serviços, com, no mínimo, uma reunião men- sal.

**PARA CONVERSAR:**

- 1) O que achamos de tudo isso?
- 2) O que significa cooperar?
- 3) O que é COOPERATIVA?
- 4) Qual é o objetivo de uma cooperativa?



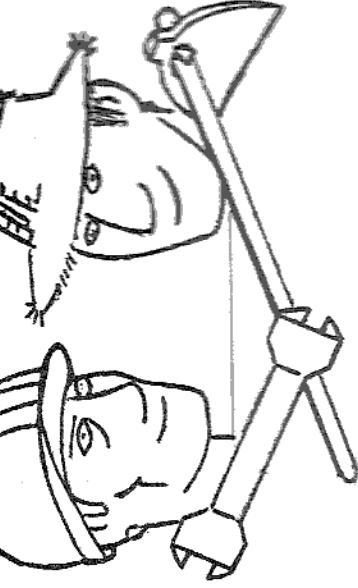
Recorremos então à Secretaria Nacional de Coopera-  
tivismo (SENACOOP) em fevereiro de 1985. Mas veio  
nova negativa. Marcamos uma audiência com o Delegado  
Regional em Porto Alegre para saber dos reais motivos  
da não aprovação. Deram-nos, entre outros, as seguin-  
tes razões:

**6. INCRA não aprova a COOFRATER.**

No último dia do prazo legal do INCRA, 24 de de-  
zembro do mesmo ano, recebemos telegrama negando a au-  
torização de funcionamento. O motivo mais forte foi o  
fato de congregar na mesma cooperativa agricultores e  
operários que, segundo eles, são dois grupos opostos  
e que não podem ter um interesse comum. Disseram ain-  
da que a COOFRATER não se enquadrava no normal das Co-  
operativas.

Diferente do que disse esse pessoal de gabinete,  
a prática mostrou que havia interesses comuns entre  
as duas categorias, apesar de seus objetivos imedia-  
tos serem contrários. Conforme o Estatuto nossos obje-  
tivos são:

- a) melhoria econômica dos dois grupos;
- b) superação da intermediação, mediante comercializa-  
ção direta entre produtores e consumidores.
- c) propiciar a promoção humana dos associados e apoio  
mútuo;
- d) manter seção de crédito;
- e) criar seção de trabalho entre os associados.



-Viam os dois gru-  
pos sem interesses  
comuns, como ad-  
versários.

-Nem todos os consu-  
midores eram opera-  
rios.

-O estatuto estava  
confuso.

- não souberam classificar a cooperativa por não haver outra anteriormente aprovada desse gênero que congegasse produtores e consumidores;  
- não poderia haver secção de crédito, a não ser fosse cooperativa agropecuária.

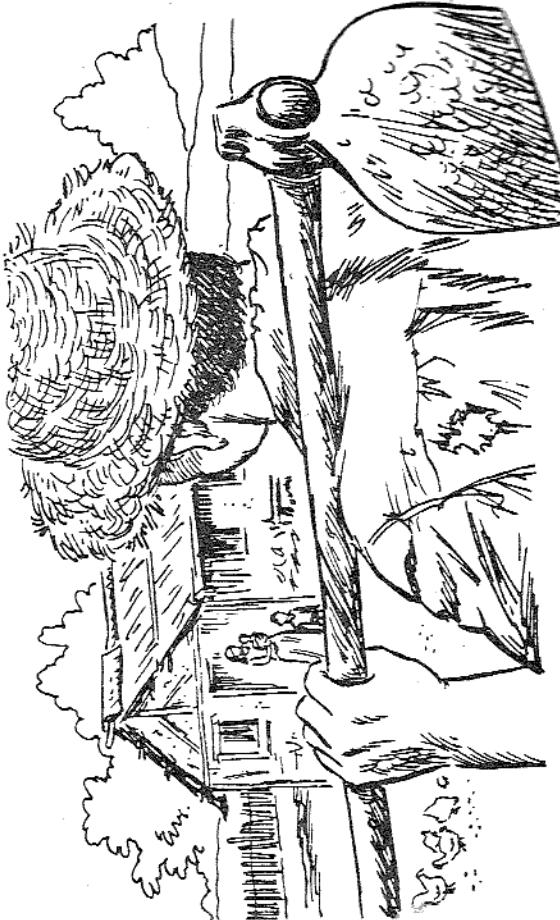
Resumindo, voltamos com três alternativas que passamos a discutir nos núcleos:

- 1) Primeira possibilidade de encaminhamento: recorrer ao Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), sem fazer correção na documentação.
- 2) Segunda possibilidade de encaminhamento: Fazer as correções necessárias começando tudo de novo, com nova Assembléia de Fundação, mudando alguns pontos do Estatuto,clareando os objetivos, mudando o nome da cooperativa para Cooperativa Mista Fraternidade Popular de Produtores e Consumidores, enviando com anexo, uma descrição da situação real retratando a realidade da região e das famílias associadas para que os técnicos pudessem entender o motivo desta idéia de cooperativa. Insistir com os dois grupos (produtores e consumidores) apoiando-nos no artigo 10 da lei 5.764/71 onde diz... "Caberá ao respectivo Órgão controlador apreciar e caracterizar outras" ( modalidades de cooperativas).
- 3) Terceira possibilidade de encaminhamento: Fundar uma cooperativa por um dos dois grupos (ou produtores ou consumidores) e depois de aprovada, associar o outro grupo.

Estas três formas de encaminhamento foram estudadas em todos os núcleos. Depois que todos realizaram suas reuniões de estudo, trouxeram a decisão com os argumentos de cada associado. A decisão final foi pela segunda forma de encaminhamento.

Realizamos no dia 27 de abril de 1985, a nova Assembléia. Junto com a documentação enviamos carta explicativa expondo os motivos que nos levaram a fundar a cooperativa, com o seguinte conteúdo:

Colocamos o contexto de dificuldades que pequenos agricultores estão enfrentando na nossa região: o alto custo da produção, falta de garantia na colocação dos produtos no mercado, preços baixos pelos produtos, exploração dos "picaretas" (intermediários), etc.; e tudo isso está provocando um forte êxodo rural. Os filhos jovens vão para as fábricas e os pais, idosos, vão ficando abandonados; é a ruína de muitas famílias, de muitas comunidades do meio rural.



Em consequência, os "cinturões de miséria" vêm engrossando nas periferias de nossas cidades, aumentando a pobreza e o desemprego. Os operários enfrentam com dificuldades o alto custo de vida. Tanto os operários como os agricultores, reunidos em comunidades, refletindo sobre seus problemas descobriram que o intermediário está tirando a maior fatia, pagando pouco aos agricultores e aumentando muito os preços para os consumidores.

## 7. SEGUNDA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA COOPRATER.

## c) Conselho Educativo

É constituído por três membros eleitos em Assembleia Geral mais um escolhido em cada núcleo para assumir com o Conselho eleito a responsabilidade de insaurar um processo de Educação Popular a partir dos núcleos.

## e) Conselho Administrativo

É constituído por quatro membros também eleitos em Assembleia Geral, e com preferência que dois sejam produtores e dois consumidores. Estes, reúnem-se duas vezes por mês, no mínimo.

## f) Conselho consultivo

É constituído por membros representantes de organismos de apoio à cooperativa. Reúnem-se a pedido dos Conselhos da COOFRATER para, a nível consultivo, opinar sobre matérias e assuntos de interesse da mesma, em caráter moderador.

## g) Conselho Fiscal

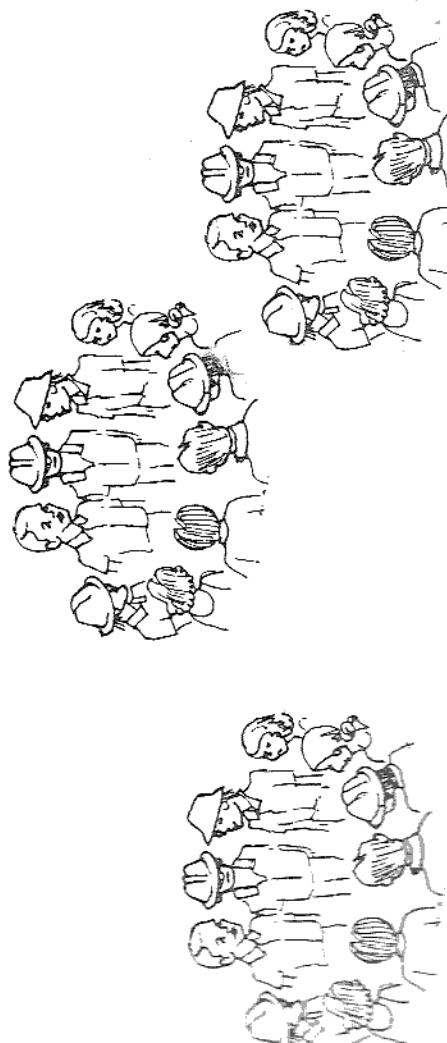
Exigido por lei, constitui-se no organismo de vigilância da cooperativa para zelar, em nome dos sócios, pela consecução dos seus objetivos. É constituído por três membros efetivos e três suplentes, conforme estabelecido na legislação cooperativista vigente.

## ESTRUTURA INTERNA DA COOFRATER

ÓRGÃOS	DURADA	Nº DE COMPONENTES E RENOVAÇÃO	Hº DE REUNIÕES
ASSEMBLÉIA GERAL			1. p/ ano
CONSELHO ADMINISTRATIVO	1 ano	$\frac{2}{2} = 4$ ; metade	2 p/ mês
CONSELHO FISCAL	1 ano	$\frac{3}{3} = 6$ ; 2 terços	1 p/ mês
CONSELHO EDUCATIVO	1 ano	$2 + 1 = 3$ + um por núcleo	1 p/ mês
CONSELHO DE REPRESENTANTES	1 ano	1 repres. por núcleo	cada 3 meses
CONSELHO CONSULTIVO	-----	1 repres. de entidade apoio	quando necessário
OPERÁRIOS	-----	em torno de 15	1 p/ mês
NÚCLEO	-----	em torno de 5	1 p/ mês
COLONOS	-----	em torno de 5	1 p/ mês
COLESSÃO DO NÚCLEO	1 ano	3 a 5	Com o núcleo

## 9 - FUNCIONAMENTO PRÁTICO

Os abastecimentos são feitos mediante encomendas das famílias, que são reunidas por uma pessoa do núcleo e mandadas para a sede. A equipe de abastecimento busca os produtos junto aos agricultores sócios e outros fornecedores quando há falta de produtos. Estes são reunidos num depósito cedido por um dos colonos. Ali são separadas as quantias pedidas por cada núcleo. Depois o caminhão passa pelos núcleos fazendo a distribuição. Cada núcleo se organiza para separar as encomendas das famílias. Isto acontece cada sexta-feira. Os preços são estabelecidos pelo Conselho de Administração e pela Equipe de abastecimento. Há uma pequena diferença entre o preço pago ao produtor e o que o consumidor paga. Este visa a automutuação do trabalho.



## 10. A PRÁTICA EDUCATIVA NA COOFRATER.

Fazem parte do conteúdo do trabalho educativo:

- análise global da realidade sócio-econômico-política-cultural a partir da situação local;
- histórico do surgimento da COOFRATER: contexto, processo de surgimento, objetivos, descobertas, alcance, direitos e deveres dos associados...;
- Estudo e análise do cooperativismo no modelo capitalista;
- Confronto da cooperação através do cooperativismo alternativo e a competição do capitalismo;
- Outros textos didáticos elaborados a partir das necessidades e problemas.

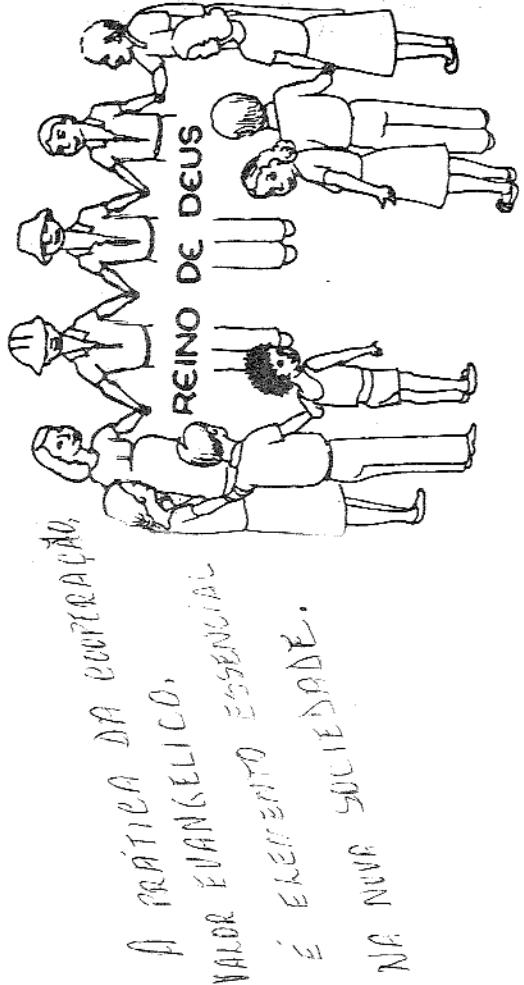
f) Troca de experiências entre diferentes núcleos, visitas de um núcleo a outro.

### 10.1 - Novos associados

Conforme o art. 2º do regimento interno, os novos associados "deverão participar de dez horas de reunião (estudo preparatório) e poderão abastecer-se e/ou fornecer" durante esse período e, "após serem avaliados pelo respectivo núcleo, os candidatos poderão encaminhar seu pedido de ingresso conforme orienta o Estatuto Social (veja no final do texto, o regimento)

### 10.2 - A motivação cristã

Uma das motivações mais fortes tem sido desde o início, o espírito cristão e a própria ligação com a comunidade de fé. É que a maioria dos núcleos nasceu como consequência ou com apoio da comunidade eclesiástica. Aliás, nos núcleos funciona um forte espírito de solidariedade. Quando alguém está desempregado, ou enfrenta doença, o grupo, que em geral já possui um "fundo rotativo" estuda cada caso e procura assumir algum tipo de ajuda concreta. Isto faz crescer muito o espírito comunitário e a própria consciênciia enquanto refletem sobre as causas das dificuldades que surgem.



### 10.3 - A participação da família

Outro aspecto que esteve presente desde o início é o da participação de toda a família. Aconselha-se, sempre que possível, que o casal se associe. Dos 112 sócios em situação regular para a Assembléia de fevereiro de 1988, 42 eram mulheres. E se espera que o número de mulheres deverá crescer em relação aos homens. Isto se deve, além do fator conscientização, ao fato de a atividade da cooperativa ser o setor da alimentação da família. É neste setor que a mulher tende normalmente mais que o homem. É através dela que passam as mudanças de hábitos alimentares que a COOFRATER procura sempre incentivar.

A participação da mulher é, na área do cooperativismo, algo novo, pois o costume é de que somente o homem participe.

#### PARA CONVERSAR:

- O que achamos disso tudo?
- Qual a nossa motivação para cooperar?
- Por que é importante a participação da família na COOFRATER E OUTRAS ORGANIZAÇÕES POPULARES?

## 11 - COMO OS ASSOCIADOS VÊM SUA COOPERATIVA

No final de 1987, 25 dos 112 sócios da COOFRATER responderam a 5 questões. Destes 25, 18 sócios já tinham experiência de cooperativismo antes. E a grande maioria via a cooperativa como meio de exploração dos pequenos, antes de serem sócios da COOFRATER.

56% dos sócios vêm na COOFRATER a prática de um cooperativismo autêntico que visa colaborar com a construção de uma sociedade alternativa. 28% consideram a COOFRATER um instrumento de integração de produtores e consumidores, superando o intermediário e possibilitando a aquisição de produtos frescos, saudáveis, com preços justos. E 16% destaca a valorização de cada um dos associados, sem discriminação, mas direitos iguais.

Na questão da alimentação, 92% responderam que aumentou o consumo de verduras e frutas a um custo menor.

Eis algumas vantagens que os associados acreditam ter na COOFRATER:

- valorização e participação nas decisões;
- conhecimento de outras pessoas, amizade, encontros entre sócios, organização por núcleos;
- produtos mais baratos e saudáveis;
- maior garantia de colocação direta de produtos por um preço justo (produtores);

As principais dificuldades que os sócios vêm na COOFRATER:

- 64% dos entrevistados vêm como principal dificuldade a falta de espírito de cooperação; 20% acha que a falta de recursos humanos e financeiros; outros 12% apontava insegurança do planejamento da produção em função do consumo. Portanto, 96% vê as dificuldades como sendo internas da própria cooperativa.

## 12. ANÁLISE SOBRE O ANDAMENTO DA COOFRATER

É sabido que as micro, pequenas e médias empresas tendem a ser tiradas do mapa no processo de centralização provocado pelo sistema capitalista. A COOFRATER não escapa desta lei capitalista enquanto organização econômica. A regra diz: para não morrer, é preciso crescer economicamente, ficar forte para competir e se impor. Ora, não foi essa a opção da COOFRATER. Ela não pretende ser como uma empresa capitalista, nem quer seguir o caminho da grande maioria das cooperativas que se adaptam ao sistema para sobreviverem. Mas então, será que tem saída? Qual a chance de continuar sobrevivendo também economicamente mas permanecendo como alternativa, como crítica e concretização da possibilidade de uma cooperação real?

a) Ano de 1986.

Como ainda está na nossa lembrança, foi no ano de 1986 que vigorou o Plano Cruzado. Neste ano a inflação não foi tão alta, e a pequena sobra gerada no ano não foi "comida". Foi o primeiro balanço oficial e a Assembléia decidiu pela devolução de retorno individual. Mas no ano seguinte, apesar de ter havido uma sobra superior, isto não foi possível pois o crescimento do ano foi de 365%. E com a correção monetária do balanço, tivemos um prejuízo de 4,7%.

b) Ano de 1987.

O balanço de 1987 traz um dado que nos revela o nível de falência da atual economia brasileira que está sendo corroída por uma inflação galopante. A sobra líquida do ano ficou em torno de 13,9%, enquanto a correção monetária sobre o mesmo balanço chegou a 18,6%. Ora, isto mostra que o crescimento da COOFRATER no ano de 1987, foi inferior à inflação.

Se olharmos apenas para os números, chegamos à conclusão de que o empreendimento é inviável economicamente. Se tivéssemos aplicado todo o capital em cadereta de poupança teria sobrado pelo menos os 18,6%. Assim, depois de um ano de trabalho, a COOFRATER ficou mais pobre. Isto é um sintoma muito grave, não da nossa organização cooperativa, mas do Brasil. Em outras palavras, o problema não está na cooperativa, mas na economia brasileira.

Qual a conclusão que tiramos disso tudo? E como devemos caminhar daqui pra frente?  
Uma atitude da Administração deverá ser a de garantir uma sobra um pouco superior à inflação. Mas para isso, a experiência mostra que assumida conscientemente.  
Fica claro o questionamento da COOFRATER: se ela na sua pequenê conseguê pagar mais ao produtor e colocar o alimento a menor custo ao consumidor, por que isso não acontece com outras empresas maiores? Acontece que estas últimas enriquecem os seus donos, em geral, indivíduos ou pequenos grupos, enquanto que a

## Inflação de 88 já tem previsão: 820 %

COOFRATER BENEFICIA A TODOS OS ASSOCIADOS EM IGUAIS CONDIÇÕES E DIREITOS.

### 2) Do ponto de vista social

Dianete desse indicador, fizemos a seguinte análise na Assembléia Geral:

Temos um outro ponto de partida: não seguimos o princípio de pagar o mínimo ao produtor e cobrar o máximo do consumidor com o objetivo de obter o máximo de lucro. Partimos justamente do contrário. Queremos pagar o máximo ao produtor e cobrar o mínimo do consumidor, mas contudo garantindo uma margem de sobre que possibilite a sobrevivência e um crescimento controlado e que deverá ter um limite a ser estabelecido pelos próprios sócios. Se houve neste ano um prejuízo com relação a inflação, não podemos esquecer que houve também um ganho em benefícios reais e resultados sociais que não aparecem expressos em números. Embora um volume pequeno, produtores sócios receberam um pouco mais por seus produtos e o trabalhador consumidor obteve uma alimentação mais barata na sua média geral.

Os associados deram-se conta que ganharam em organização, em consciência, em união e participação na gestão cooperativa. A organização em núcleos trouxe a experiência de uma organização participativa, descentralizada, onde as obrigações e direitos são assumidos por todos. A obrigação torna-se um compromisso que se assume com gosto e não uma imposição de alguém. Cria-se uma relação de irmãos, onde todos são valorizados como pessoas e assumem-se como força social, com um lugar determinado na sociedade. Tal estrutura de organização em grupo é originada na experiência das comunidades Eclesiais de Base. Os núcleos funcionam onde há caminhadas na linha das CEBS. Nas cooperativas tradicionais bem como nas demais organizações (sindicatos, associações) há uma participação predominante de homens. Na COOFRATER, a participação da mulher já acontece, criando um processo de envolvimento de toda a família. Isto é um avanço social que leva também a um ganho político.

**"UM POR TODOS E TODOS POR UM"**

### 3) Sob o ponto de vista político.

A formação das consciências dos associados acontece incentivada por um processo educativo que vai, desde as reuniões mensais até os cursos de formação. Primeiramente a própria constituição da cooperativa já foi um ganho político, na medida que os associados insistiram em reunir, na mesma cooperativa, produtores e consumidores, algo até então não acontecido.

Neste processo, os associados foram conhecendo o funcionamento legalista dos órgãos governamentais, bem como a sua atuação exclusiva de gabinete, sem tomar contato com as situações reais.

Outro aspecto foi um conhecimento relativamente aprofundado do cooperativismo, seu funcionamento, possibilidades de uma prática alternativa. As pessoas mudaram a sua visão de cooperativismo a partir da prática diferente. Inclusive, alguns agricultores que são também sócios em outras cooperativas da região, levam esta visão e consciência política, bem como de toda a forma de organização, para dentro destas. Passam de sócios passivos a uma posiçãoativa e questionadora junto às administrações daquelas cooperativas.

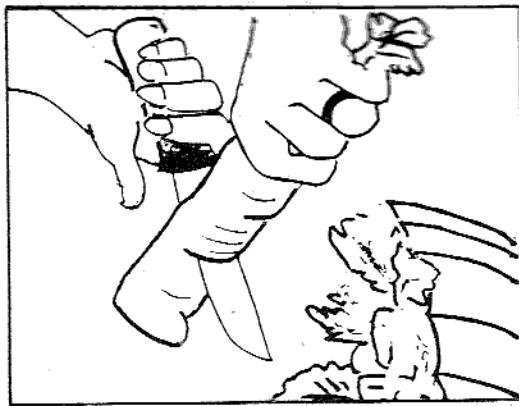
Podemos afirmar finalmente que o estilo de organização da COOFRATER em núcleos pequenos, leva ao constante desafio da participação nos benefícios e responsabilidades. É um instrumento privilegiado de educação popular no seu real sentido. É um dos elementos positivos é que a COOFRATER não é colocada como um fim, tanto assim que a maioria dos membros participam de outros movimentos e/ou são líderes nas comunidades onde participam.

**COOFRATER: UM MEIO, UM INSTRUMENTO DE LUTA,  
E NÃO UM FIM.**

### 4) Sob o ponto de vista cultural.

Talvez o mais significativo avanço seja, neste caso, a gradativa mudança nos hábitos alimentares. É o caso do consumo cada vez maior de produtos integrais como arroz, açúcar, farinha... e que antes não eram consumidos por uma questão mais cultural e não tanto como fator econômico, como às vezes se supõe.

Outro aspecto que está ligado ao educativo, são os intercâmbios e as visitas entre os núcleos. Aí acontece amizade, troca de experiência bem como o conhecimento mútuos da situação das famílias. Quando os produtores visitam um núcleo de vida, eles dão-se conta da real situação da maioria dos operários, fazendo com que superam o desânimo de trabalhar na roça, e organizarem-se de forma mais solidária.



**EXCHANGES AND FRIENDSHIPS  
BETWEEN GROUPS;  
BETWEEN ASSOCIATIONS;  
BETWEEN FAMILIES;  
INTERESTS IN  
INTERCULTURES.**

### 13. - PROJETO DO LIBERADO E "RANCHO COMPLETO"

Por mais de um ano foi discutido nos núcleos, nas reuniões dos conselhos a viabilização destes dois projetos que eram desejos dos sócios. Houve um processo participativo em todos esses encaminhamentos. A confirmação desses dois encaminhamentos ficou decidida na Assembléia Geral de fevereiro de 1988.

1) O Liberado.

Em abril de 1988, começa a trabalhar como liberado Nilsinho Breier do núcleo da Iguacu assumindo prioritariamente as seguintes funções:

- motorista do caminhão;
- assumir progressivamente o processo de abastecimento;
- encaminhar também, de acordo com as condições, o rancho completo introduzindo gradativamente mais produtos alimentícios de primeira necessidade;
- fazer os controles diários, tanto no que se refere aos produtos, quanto às tarefas financeiras.

Enfim, assumir a execução do trabalho, em tempo integral, com uma remuneração inicial de dois pisos salariais. Do quarto mês em diante, passou a receber 2,5 pisos. Além disso, a COOFRATER paga um ajudante nas sextas-feiras para ajudar no abastecimento.

2) "Rancho Completo".

Para realizar este plano, era necessário mais capital de giro", sem o qual não seria possível concretizá-lo. Encaminhou-se um projeto para o "Fundo dos Projetos Alternativos Comunitários" Administrado pela Cáritas Regional de onde recebemos Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados). Desse valor, a COOFRATER assumiu o compromisso de devolver 89,74 OTNs após um ano e outras 89,74 OTNs, após o 2º ano (em julho de 1990). Com esse apoio, o projeto "Rancho Completo" está sendo realizado de forma progressiva.

PARA CONVERSAR:

1. O que achamos de tudo isso?
2. O que você acha do andamento da COOFRATER?
3. Qual os resultados que estão de acordo com os objetivos da COOFRATER? O que ainda falta a ser alcançado?

REGIMENTO INTERNO

COOPERATIVA MISTA FRATERNIDADE POPULAR DE PRODUTORES E CONSUMIDORES LTDA - COOFRATER - Aprovado na Assembléia Geral Extraordinária dia 23 de fevereiro de 1986.

Art. 1º - OBJETIVO: O presente regimento tem como finalidade o estabelecimento de algumas normas para o bom andamento da Cooperativa, como complemento ao Estatuto Social.

Art. 2º - Para associarem-se, os interessados deverão participar de 10 horas de reunião (estudo preparatório) e poderão abastecer-se e/ou fornecer 4 (quatro) vezes; e, após serem avaliados pelo respectivo núcleo, os candidatos poderão encaminhar seu pedido de ingresso conforme orienta o artigo 4º do Estatuto Social.

§ único - O pagamento das cotas-parte no valor mínimo de 1 (uma) Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), quando não for à vista, deverá ser feito no prazo máximo de 5 (cinco) meses, salvo motivo justificável que será analisado pelo Conselho Administrativo em cada caso.

Art. 3º - Organização dos núcleos:

§ 1º - Todo associado deve estar ligado ativamente, a um núcleo ou de produtores (em torno de 5 associados) ou de consumidores (em torno de 15 associados), sempre conforme a realidade local.

§ 2º - Cada núcleo deverá ter uma comissão responsável pela organização dos serviços junto com o representante do núcleo, e o conselheiro de educação do núcleo. Os principais serviços que devem acontecer, na prática, nos núcleos consumidores são:

- a) Educação: pelo menos um membro de cada núcleo participa do Conselho Educativo, responsável, no seu núcleo, e escolhido anualmente pelo mesmo.
- b) Coleta do pedido e envio para a sede da COOFRATER no prazo combinado;

- c) Recebimento do pagamento dos associados, pelos produtos recebidos;
- d) Prestação de contas ao núcleo e Conselho Administrativo (tesouraria);
- e) Encaminhamento, pelo representante e conselheiro de educação, dos novos associados ao Conselho Administrativo; recebimento das cotas-parte (dar recibo) com entrega imediata na sede social em Novo Hamburgo.
- f) Relatório de participação (econômica) dos associados, que deve estar concluído sempre por ocasião do balanço.
- g) Preparação e coordenação das reuniões mensais.
- h) Relatório das reuniões mensais com assinatura dos presentes.
- § 3º - Nas reuniões mensais deverão ser tratados, entre outros, os seguintes assuntos;
- leitura do relatório da reunião anterior;
  - relato do representante (se houver informações);
  - Prestação de contas;
  - avaliação do andamento do núcleo e da cooperativa como um todo e não somente a questão dos preços dos produtos(isoladamente);
  - Reflexão, estudo, debate de algum assunto ligado à educação cooperativa e/ou sugerido por algum dos Conselhos. Aprofundamento dos objetivos, do espírito da COOFRATER...;
  - Preparação das reuniões dos Conselhos e Assembleias Gerais;
  - estudo de sugestões e propostas para a caminhada;
  - estudo do Estatuto Social e Regimento Interno.
- Art. 4º - O associado não poderá deixar de abastecer-se por um período superior a 60 dias, sob pena de ser automaticamente excluído. Casos especiais devem ser comunicados ao Conselho Administrativo que estudará cada caso, cabendo-lhe aceitar ou não as justificativas. São considerados casos especiais: trabalho (emprego), férias, desemprego, doença e situações similares...\*

§ 1º - Será alertado, pelo representante do núcleo, o associado que faltar duas reuniões consecutivas sem justificativa. Caso persista a situação, será comunicado o Conselho Educativo e, posteriormente, o Conselho Administrativo, obrigando-se a aplicar os artigos 7º a 10 do Estatuto Social.

§ 2º - Quanto ao pagamento dos produtos; os núcleos são responsáveis. Não serão permitidos atrasos superiores a 15 (quinze) dias, podendo implicar na suspensão do abastecimento até normalizar a situação, cabendo ao Conselho Administrativo a avaliação de cada caso após ouvir o Representante do núcleo.

Art. 5º - O retorno individual será proporcionalmente rateado de acordo com o trabalho realizado na COOFRATER independentemente de ser produtor ou consumidor.

Art. 6º - A devolução das quotas-parte, em caso de demissão, eliminação, ou exclusão será feita no valor da obrigação do Tesouro Nacional (OTN) atual, da mesma forma como foi pago no ato de associar-se.

Art. 7º - Os Conselhos:

Todos os Conselhos da Cooperativa Mista Fraternidade Popular de Produtores e Consumidores Ltda reunir-se-ão de 1 (três) em 3 (três) meses para uma mini-assembleia.

§ 1º - O Conselho de Representantes, composto por um membro de cada núcleo, terá, entre outras, as seguintes funções:

- representar o núcleo;
- levar e trazer informações (ligação);
- participar da reunião dos Conselhos (trimestral);
- responsável pela organização dos serviços no núcleo;

§ 2º - Cabe ao Conselho Educativo, além das tarefas já estabelecidas em Estatuto:

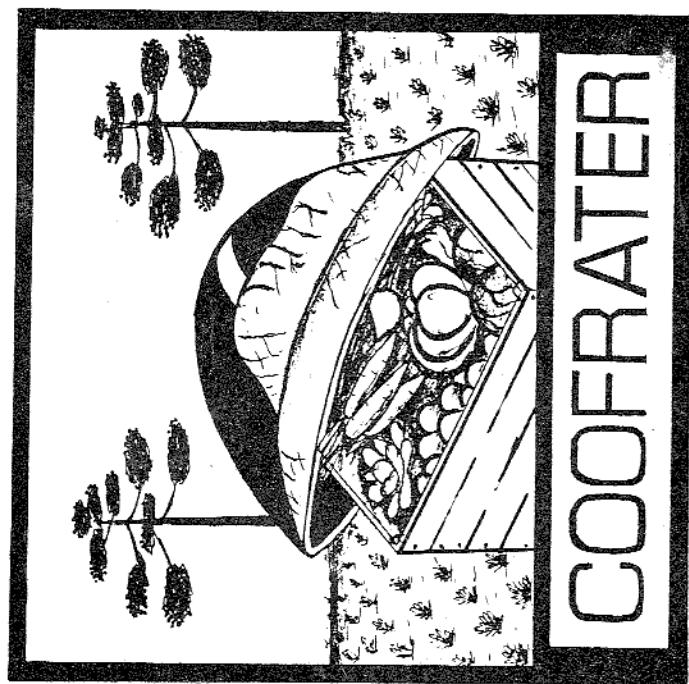
- coordenar os trabalhos educativos;
- elaborar material educativo;
- intensificar o trabalho de conscientização junto aos núcleos e famílias com maior dificuldade de acompanhar a dinâmica dentro dos objetivos da cooperativa.

\* Aprovado em 10 de junho de 2003, na reunião ordinária realizada no dia 10 de junho de 2003, na sede da Cooperativa Mista Fraternidade Popular de Produtores e Consumidores Ltda, na Rua Dr. José Góes, nº 1000, Centro, Novo Hamburgo, RS, na qual estiveram presentes os associados: ...

11. passividade: "a vida é assim mesmo".... - É possível viver diferente, porque nós estamos experimentando a vida comunitária na cooperação.

#### NO CAPITALISMO É:

1. Organização em pirâmide; uns mandam e a maioria obedece;
  2. poder-dominação
  3. participação e poder de decisão diretamente proporcional ao poder econômico.
  4. O povo tem que esperar de braços cruzados pois alguém vai resolver o problema.
  5. tendência a esconder os problemas "quem luta vence", tem vantagens sobre os demais.
  6. Cooperativa serve para aumentar a vantagem individual. "cooperar" para enriquecer à custa dos outros a gente a treinar um jeito de conviver em cooperação.
  7. perda da noção de justiça, veja a opressão e a injustiça como normal: "é assim mesmo".
  8. diretorias e autoridades são donos do que é de todos; e estes passam a fazer favores para a gente.
- conscientização na e a partir da prática, das causas, das raízes que geram a miséria da maioria.
- Cooperativa é um dos instrumentos práticos e que ajuda a viver na justiça e na solidariedade.
- coordenar, administrar significa zelar para que se realizem as decisões da assembleia, com a máxima participação de todos em tudo.



#### SÍMBOLO DA COOPRATER.

Com a colaboração de várias pessoas chegamos a este desenho, feito pela noviça Leda da Vila Duque:  
 \*O CHAPÉU E O CAPACETE - estes simbolizam a luta inicial e fundamental da COOPRATER. Colocamos os dois grupos, colonos e operários, unidos num só, com um único objetivo: SAIR JUNTOS DA SITUAÇÃO DE OPRESSÃO.

\*O chapéu e o capacete estão em cima de uma CAXA DE ALIMENTOS que simboliza o objetivo primeiro "comercialização direta de alimentos... entre produtores e consumidores."

\*OS DOIS PINHEIROS são um símbolo universal do cooperativismo. Mas este tipo de pinheiro pertence ao pinheiro europeu. Preferimos colocar o nosso brasileiro, tão conhecido aqui no Sul e também chamado de araucária. Queremos com isso recordar, que a África para o Brasil nunca foi e nunca será terra estrangeira, mas sim, aproveitar os bons amigos que os outros povos e recriá-los.